

CBM-PA

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ

500 questões gabaritadas
Praticando
Oficial



CÓD: SL-1280T-23
7908433244219

Questões Gabaritadas:

| | |
|---|-----|
| 1. Língua Portuguesa | 5 |
| 2. Língua Inglesa | 71 |
| 3. Matemática e Raciocínio Lógico | 101 |
| 4. Biologia | 129 |
| 5. Física | 137 |
| 6. Química | 149 |
| 7. Direito Administrativo | 155 |
| 8. Direito Militar | 179 |

ostentoso e cruel. Nessa época, começava-se a crer que era preciso punir de outro modo, de forma que a justiça penal aplicasse punições sem se vingar. Essa mudança no modo de punir, entretanto, não se deveu tanto a um sentimento de humanidade, de piedade para com o acusado. Vários fatores, especialmente de caráter econômico, contribuíram^c para que os suplícios fossem deixados de lado e substituídos^b pela prisão.

A partir do século XVIII, ocorreu uma diminuição dos crimes de sangue na Europa, e passaram a prevalecer os delitos praticados contra a propriedade, como roubos e fraudes fiscais. Portanto, houve uma suavização dos crimes antes de uma suavização das leis, que se tornaram mais leves para corresponder à diminuição da gravidade dos delitos cometidos.

Além disso, no século XVIII se modificou também^e o sistema econômico europeu. A Europa deixou de ser feudal e tornou-se industrial. A prisão, como castigo institucionalizado pelo Direito Penal, apareceu nesse contexto para regulamentar o mercado de trabalho, a produção e o consumo de bens, e para proteger a propriedade da classe social dominante.

A prisão foi idealizada, naquele momento histórico, como forma de disciplinar os delinquentes. O corpo do condenado não poderia mais ser desperdiçado pelo suplício, mas deveria servir às demandas de trabalho das fábricas. A finalidade da prisão era suprir a necessidade das indústrias incipientes, e expressava, assim, uma resposta à necessidade de utilização racional e intensa do trabalho humano. A economia industrial necessitava da conservação e manutenção da eventual mão-de-obra. Percebeu-se, nesse momento, que vigiar é mais rentável^a e eficaz do que punir.

Mariana de Mello Arrigoni. A prisão: reflexão crítica a partir de suas origens. In: História e Teorias Críticas do Direito. Jacarezinho – PR: UENP, 2018, p. 148-64 (com adaptações).

Assinale a opção em que as palavras destacadas do texto são acentuadas graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

- (A) “rentável” e “época”
- (B) “substituídos” e “vários”
- (C) “contribuíram” e “econômico”
- (D) “contribuíram” e “substituídos”
- (E) “também” e “histórico”

3. CEBRASPE (CESPE) - AUX (PREF JOINVILLE)/PREF JOINVILLE/EDUCADOR/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Acentuação

Texto CB2A1

A estratégia de ensino-aprendizagem da leitura e escrita com base na abordagem da atitude leitora tem sido foco, nas duas últimas décadas, tanto de estudos e pesquisas acadêmicas quanto do interesse de organismos oficiais, materializados, por exemplo, por meio de projetos de formação continuada de professores da rede pública e pelos próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

A experiência com o livro, instrumento da cultura humana a ser apropriado pelas crianças, carrega a possibilidade da apropriação estética na esfera das atividades literárias, o que permitirá o desenvolvimento, desde a primeira infância, de qualidades inerentes ao ato de ler, contribuindo para a constituição do futuro leitor.

Conceber a humanização na infância por meio da literatura é saber que cada um se torna humano também a partir dessas aprendizagens já que as qualidades próprias do gênero humano estão “encarnadas” nos objetos culturais, materiais ou não materiais, cujas características impulsionam o desenvolvimento sociocultural das crianças e desnudam a elas a função de tais objetos — fator fundamental na experimentação dos pequenos.

Assim, as crianças podem construir para a leitura um sentimento que as aproxime desse instrumento cultural essencial de apropriação da experiência humana acumulada, fonte do processo de humanização que cada indivíduo precisa vivenciar para formar para si as qualidades humanas em suas máximas possibilidades.

Para tanto, as crianças precisam reconhecer e usar os livros tal qual o adulto, como leitor autônomo, o faz: ler procurando compreender as informações em textos verbais ou imagéticos. O mediador de leitura pode ler e contar histórias às crianças, o que será muito importante, no entanto será preciso que a criança realize, por ela própria, inicialmente, as ações externas com o objeto livro, tateando-o, experimentando-o; na sequência, imitando o adulto; mais adiante, levantando hipóteses de previsões de/na/pela leitura literária para ir construindo sua identidade como leitor.

Esse sentido para a leitura — essa atitude leitora — acaba por criar na criança uma nova necessidade, qual seja a de ler para compreender o que se diz nos textos lidos. Por meio de experiências positivas de leitura — experimentadas desde os seus primeiros contatos com a cultura escrita —, as crianças passam a ser afetadas positivamente por elas e estabelecem para a leitura um sentido

Assinale a opção correta acerca das relações de concordância no texto 1A1-I.

- (A) No período do parágrafo, o termo “permitam” concorda com “crianças” e “adolescentes”.
- (B) No período do parágrafo, o termo “articulada” concorda com “racionalmente”.
- (C) No período do parágrafo, o termo “desqualificarem” concorda com “críticos”.
- (D) No período do parágrafo, o termo “tratadas” concorda com “crenças”.

14. CEBRASPE (CESPE) - ACI (CGDF)/CG DF/PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/2023 Língua Portuguesa (Português) - Concordância (Verbal e Nominal)

Texto CB1A1-II

Federalismo brasileiro desconcentra receitas

A proposta de emenda constitucional (PEC) que trata do pacto federativo almeja, entre outros objetivos, aumentar, ao longo do tempo, a fatia de recursos tributários destinada a estados e municípios, em detrimento da União. A justificativa comum para essa redistribuição de verbas é a de que o princípio federativo inscrito na Constituição Federal de 1988 (CF) teria sido deturpado pelo gigantismo da esfera federal.

Estudo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), todavia, mostra que no Brasil os entes subnacionais têm participação de 56,4% no total dos tributos arrecadados. A cifra está acima da média dos países pesquisados (49,5%). Estados e municípios brasileiros obtêm o equivalente a 22% do PIB, contra uma média internacional de 17,4%. Se a comparação for feita entre nações com nível de renda semelhante, a distância do Brasil em relação à média aumenta ainda mais.

Nas últimas décadas, o governo central veio elevando a carga das chamadas contribuições sociais, como PIS, COFINS e CSLL, para obter mais recursos. Esse fato também impulsiona as críticas ao que se considera “a voracidade tributária” da União.

O que a Receita Federal recolhe com tal classe de tributos tem a particularidade legal de, diferentemente do que ocorre, por exemplo, com o Imposto de Renda, não ter de ser compartilhado com estados e municípios.

O outro lado da moeda é que as necessidades financeiras do governo central para arcar com a seguridade social também aumentaram no período. Em particular, destaquem-se os gastos obrigatórios para cobrir o déficit da previdência, abono salarial, seguro-desemprego e o benefício de prestação continuada, que cresceram muito em períodos recentes.

As contribuições são o dispositivo^b previsto em lei^c para que a União^a faça frente às despesas da seguridade social, que compreende^d, como estabelecido na CF, os direitos relativos à previdência, à assistência social e à saúde.

Benefícios como aposentadorias, pensões e seguro-desemprego são transferidos diretamente do Tesouro Nacional para as pessoas que se enquadram na legislação para recebê-los. O recurso não fica disponível para que o governo federal o utilize para outras finalidades.

Quando os gastos obrigatórios da seguridade social aumentam em relação à arrecadação das contribuições, as demais despesas da seguridade social, a exemplo das despesas com saúde, devem ser cobertas por outras fontes de receita.

Inspere Conhecimento, nov. 2019. Internet: <www.insper.edu.br> (com adaptações).

No sexto parágrafo do **texto CB1A1-II**, a flexão da forma verbal “compreende” na terceira pessoa do singular justifica-se, do ponto de vista semântico e sintático, pela concordância do verbo com o vocábulo

- (A) “União”.
- (B) “dispositivo”.
- (C) “lei”.
- (D) “seguridade social”.

15. CEBRASPE (CESPE) - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Concordância (Verbal e Nominal)

Texto CG1A1-I

Em Roraima, atualmente, há centenas de sítios arqueológicos conhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), muitos deles já cadastrados no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), banco de dados utilizado pelo referido instituto, no qual são inseridas informações relativas aos sítios arqueológicos identificados. Entretanto, ainda há uma grande quantidade de sítios arqueológicos cujas localizações são imprecisas ou desconhecidas, motivo pelo qual são desenvolvidos projetos de recadastramento/georreferenciamento e sinalização. Essas ações, além de assegurarem uma maior precisão às informações dos sítios já conhecidos, contribuem para que novos sítios sejam identificados e, assim, cadastrados.

As informações sobre os sítios arqueológicos chegam ao conhecimento do IPHAN por meio da própria comunidade, especialmente das comunidades indígenas, e também por meio dos projetos ligados ao licenciamento ambiental.

- (D) sociedade de economia mista a ser criada mediante autorização de lei específica.
 (E) sociedade de economia mista a ser criada mediante lei específica.

91. CEBRASPE (CESPE) - TEC LEG (ALECE)/ALECE/2021

Assunto: Direito Administrativo - Administração Indireta

As fundações públicas originariamente foram concebidas como entes

- (A) da administração indireta, pessoa jurídica de direito privado, para promover desconcentração administrativa.
 (B) da administração direta, pessoa jurídica de direito público, para promover descentralização administrativa.
 (C) da administração direta, pessoa jurídica de direito público, para promover desconcentração administrativa.
 (D) da administração indireta, pessoa jurídica de direito público, para promover descentralização administrativa.
 (E) da administração indireta, pessoa jurídica de direito privado, para promover descentralização administrativa.

92. CEBRASPE (CESPE) - AJ (TJ PA)/TJ PA/DIREITO/2020

Assunto: Direito Administrativo - Administração Indireta

A administração indireta inclui as sociedades de economia mista, cujos agentes são

- (A) empregados públicos regidos pela CLT e sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público e à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.
 (B) empregados públicos regidos pela CLT que não se submetem às normas constitucionais relativas a concurso público nem à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.
 (C) empregados públicos regidos pela CLT e sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público, mas não à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.
 (D) servidores públicos estatutários sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público e à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

- (E) servidores públicos estatutários sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público, mas não à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

93. CEBRASPE (CESPE) - AJ PED (B COQUEIROS)/PREF B DOS COQUEIROS/2020

Assunto: Direito Administrativo - Administração Indireta

Entidade dotada de personalidade jurídica própria do município de Barra dos Coqueiros – SE, caracterizada por ser serviço autônomo criado por lei, com patrimônio e receita própria, destinada a executar atividades típicas da administração pública, é uma

- (A) autarquia.
 (B) empresa pública.
 (C) sociedade de economia mista.
 (D) fundação pública de direito público.
 (E) fundação pública de direito privado.

94. CEBRASPE (CESPE) - AFRE (SEFAZ RS)/SEFAZ RS/2019

Assunto: Direito Administrativo - Administração Indireta

A entidade da administração pública indireta criada por meio de lei para desempenho de atividades específicas, com personalidade jurídica pública e capacidade de autoadministração é a

- (A) autarquia.
 (B) fundação privada.
 (C) sociedade de economia mista.
 (D) empresa pública.
 (E) empresa subsidiária.

95. CEBRASPE (CESPE) - JE TJPR/TJ PR/2019

Assunto: Direito Administrativo - Administração Indireta

As pessoas jurídicas de direito privado que compõem a administração pública são

- (A) investidas de poderes de autoridade e encarregadas de realizar funções de interesse público, a partir da descentralização de poderes.
 (B) passíveis de integrar tanto a administração pública direta quanto a indireta.
 (C) criadas por atos de direito privado, mas a sua instituição depende de autorização legislativa.

ao crime da condenação, será computado na pena privativa de liberdade.

(C) O civil condenado a pena aplicada em crime militar cumprirá a pena nos mesmos termos do militar.

(D) A condenação de praça da polícia militar a pena superior a dois anos implica, de imediato, a exclusão dele da corporação.

(E) A execução de pena de condenado a pena privativa de liberdade inferior a quatro anos poderá ser suspensa por quatro a seis anos, desde que preenchidos os requisitos de natureza subjetiva.

4. CEBRASPE (CESPE) - OF (CBM RO)/CBM RO/COMBATE/2022

Assunto: Direito Penal Militar - Das Penas Principais (arts. 55 a 68 do CPM)

No que concerne à pena e à sua aplicação, assinale a opção **correta**.

(A) É facultada a atenuação da pena do condenado que, por sua espontânea vontade, antes do julgamento, tenha reparado o dano causado pela ação criminosa.

(B) É incompatível o cumprimento de pena em estabelecimento de região diferente do local em que foi condenado, em face da repercussão na administração militar.

(C) Havendo mais de uma agravante ou mais de uma atenuante, devem ser aplicadas todas elas, respeitadas os limites da pena prevista para o crime.

(D) As penas máximas e mínimas constituem diferença formal entre reclusão e detenção, uma vez que as penas variam entre 1 ano e 30 anos na reclusão, e entre 30 dias e 10 anos, na detenção.

(E) No caso de pena de suspensão do exercício do cargo, estando o condenado na reserva quando da sentença, este deverá apresentar-se para cumprir a suspensão, sem vencimentos.

5. CEBRASPE (CESPE) - OF (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Penal Militar - Da Suspensão Condição (arts. 84 a 88 do CPM)

Considerando o que dispõe o Código Penal Militar (CPM) acerca de suspensão condicional da pena, assinale a opção correta.

(A) A execução da pena pode ser suspensa pelo prazo máximo de oito anos desde que os antecedentes, a personalidade e a conduta posterior do agente autorizem a presunção de que ele não voltará a delinquir.

(B) A suspensão condicional da pena pode ser estendida às penas de reforma, suspensão do exercício do posto, graduação, função ou à pena acessória.

(C) A suspensão condicional da pena não pode ser aplicada, por exemplo, ao agente que, em tempo de paz, tenha praticado crime contra a segurança nacional ou que tenha praticado violência contra superior.

(D) Não é necessário que, na sentença, o juiz especifique as condições a que fica subordinada a suspensão.

(E) Não haverá a revogação da suspensão caso o condenado descumpra qualquer das condições impostas na sentença.

6. CEBRASPE (CESPE) - OF (CBM RO)/CBM RO/COMBATE/2022

Assunto: Direito Penal Militar - Da Suspensão Condição (arts. 84 a 88 do CPM)

A respeito da suspensão condicional da pena (sursis), julgue os itens que se seguem.

I Trata-se de medida alternativa que evita a restrição da liberdade, embora conserve seu caráter de pena.

II O sursis ostenta a categorização jurídica de medida alternativa, de modo que o período de prova não se confunde com o tempo de cumprimento de pena.

III O tempo do período de prova pode ser utilizado como requisito para a obtenção de livramento condicional.

IV Se for reformada a condenação, o período de prova do sursis cumprido pode ser utilizado para a diminuição da pena, em condenação por outro crime.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item **I** está certo.

(B) Apenas o item **II** está certo.

(C) Apenas o item **III** está certo.

(D) Apenas o item **IV** está certo.

(E) Nenhum item está certo.

7. CEBRASPE (CESPE) - OF (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Penal Militar - Do Livramento Condicional (arts. 89 a 97 do CPM)

Capitão Martins, integrante da PMSC, foi condenado a uma pena superior a dois anos pela prática de crime militar. Após o cumprimento parcial da pena, capitão Martins solicitou livramento condicional da pena.

Considerando a situação hipotética precedente e o que dispõe o Código Penal Militar (CPM) acerca do assunto, assinale a opção correta.